

**RESENHA: A ESCOLA PÚBLICA COMO LOCAL DE
TRABALHO**, de Celestino Alves Silva Júnior.
São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990.

João Pedro da FONSECA (*)

"Minha tese é simples e clara em sua formulação: A escola pública é um *local de trabalho* que, por sua *finalidade* e por sua *natureza peculiar*, supõe critérios especiais de organização. Tais critérios devem ser estabelecidos a partir das características do trabalho que aí se desenvolve". (grifos do autor)

É consenso entre acadêmicos, políticos, profissionais do ensino e a população em geral, a necessidade da restauração qualitativa da escola pública brasileira.

Qualquer analista da estrutura e do funcionamento do ensino no Brasil e qualquer usuário (ou vítima?) dos serviços educacionais sabe que estamos assistindo ao sucateamento da escola pública.

Precariedade, precarista, precário(a), precariamente. Substantivo, adjetivos e advérbio. Instalações precárias, condições precárias, rede física precária, professores contratados a título precário.

Para não sair do "pré", pré-capitalista, pré-moderno.

Na contra-mão da história, continuam os altos índices de analfabetismo, de exclusão e repetência. Na contra-mão da história, ocorrem paralisações e greves de Magistério para exigir do poder público o cumprimento de obrigações constitucionais.

(*) Professor Doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Na contra-mão da história, continuam as práticas clientelísticas, fisiológicas e burocráticas na administração escolar pública brasileira.

Notícia recentemente publicada dava conta de que Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a aplicação de recursos em educação concluía ser dispensável o Ministério da Educação e recomendava sua desativação. Na referida CPI verificou-se que a metade dos recursos que vão para a educação é utilizada em atividades burocráticas do MEC ou nas secretarias de Educação dos Estados e dos municípios.

Tendo essa realidade como pano de fundo, Celestino apresenta suas reflexões a respeito da situação educacional brasileira, em especial a paulista, centrando na questão do trabalho na escola.

Começa discutindo o Estado capitalista brasileiro, suas relações com as classes subalternas e com os trabalhadores da educação.

A administração escolar, o planejamento educacional, a divisão social do trabalho na escola entre professores e especialistas, a proletarização do magistério, a greve, o papel do diretor de escola e a polêmica eleição versus concurso, enfim, questões relacionadas com o "ato educativo e o processo administrativo", são competentemente abordados, trazendo importante contribuição para o debate educacional.

Se no capítulo I, o autor faz referência "às escolas", "a escola brasileira", aos poucos passa a tratar da situação paulista e conclui que não deve haver regras rígidas na administração da educação.

O importante é que a administração seja colocada a serviço da educação, pois "o sucesso da administração é o sucesso da educação".

Esta regra básica deveria orientar os debates nas mesas redondas, painéis, congressos, conferências, simpósios, encon-

tros e similares. O Conselho de Escola, as Associações de Pais e Mestres, o grêmio estudantil, a participação, a eleição dos diretores de escola, o concurso público para ingresso e acesso na carreira do magistério, a autonomia do professor, a municipalização do ensino, a escola de tempo integral são medidas administrativas. Boas ou ruins? Depende. Vão melhorar ou piorar a educação? Se contribuírem para a recuperação qualitativa da escola, são boas. Caso contrário, são ruins. E não me digam que "nem sim, nem não; em termos" é uma posição "em cima do muro" ou "mineira". Pode até ser, mas em termos.

Por isso eu não classificaria aprioristicamente a descentralização, a participação, a municipalização e a ação comunitária como "ideologias de conveniência" nem afirmaria enfaticamente que "em todas elas o Estado "despubliciza" suas responsabilidades, ao mesmo tempo em que aparenta favorecer o público com a possibilidade que lhe abre de interveniências em suas decisões".

Muito interessante o capítulo III, onde o autor se propôs a "ouvir" o pessoal da rede de ensino, captando suas percepções e representações. Os problemas, as tensões, as esperanças e desesperanças, os conflitos, as alternativas e as convicções estão aí expostos, mostrando um interessante painel do "pensamento" da rede de ensino.

No capítulo IV, intitulado "O momento da escola pública. Propostas e realizações", o autor analisa três fatos "que, em sua seqüência e em suas relações, consubstanciam o momento atual do trabalho na escola pública paulista": a Jornada única discente e docente no ciclo básico das escolas estaduais, um novo Projeto de Resolução para o curso noturno, e a Municipalização do ensino.

São três temas complexos que não poderiam ser suficientemente explorados nas trinta páginas do livro a eles dedicadas. Sua inclusão, entretanto, parece-me oportuna dada a atualidade, o interesse e o caráter polêmico dos assuntos.

Talvez o ponto mais fraco do livro seja exatamente a "pressa" de algumas passagens que necessitariam de maior elaboração, como por exemplo as referências a Covre, Fernando Henrique Cardoso e Coutinho, no capítulo II.

As opiniões do autor, entretanto, estão aí expostas para serem apoiadas ou rejeitadas parcial ou integralmente, de qualquer modo servindo ao objetivo de recuperar a qualidade da escola pública, de construir uma escola que contribua para a construção da hegemonia da população trabalhadora.

O encontro dos trabalhadores do ensino (rede de ensino) com os trabalhadores da pesquisa (Universidade), proposto pelo autor, deveria concentrar-se na realização desse projeto pedagógico e político, tornando a escola um local de trabalho, recuperando a dignidade do professor e reconhecendo o aluno como o principal protagonista da escola.

O reconhecimento de que o trabalho docente não se circunscreve aos limites da sala de aula, do magistério como profissão e não como "bico", talvez me poupem de ter que responder à pergunta: "além de dar aula, você também trabalha?" e de ouvir meu amigo contar que "trabalho durante o dia e dou umas aulinhas à noite". Estas expressões farão parte apenas do anedotário popular e não do cotidiano escolar.

O livro é indicado para os cursos de formação de professores e especialistas de ensino. Os alunos de Pedagogia e Licenciatura, principalmente, muito se beneficiarão de sua leitura. As autoridades federais, estaduais e municipais que confundem meio com fim e ato administrativo com ato pedagógico, encontrarão bons elementos para reflexão sobre o sentido de seu trabalho. Deve ser lido também pelos que dão umas aulinhas nas horas vagas para completar o orçamento.

(Recebido para publicação em 18.02.91 e liberado em 22.02.91)